

# ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU

## CURSO DE ADAPTAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS EM DIREITO DE MACAU

### MÓDULO DE DIREITO CIVIL II

(Prova escrita de avaliação)

**Data:** 30 de Maio de 2015

**Duração:** 3 horas

**Cotação total:** 20 valores (Parte IV do Regulamento do Curso)

**Nota prévia:** Por favor, justifique todas as suas respostas, indicando os preceitos legais que considera aplicáveis.

#### I

### DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

(10 valores)

**Considere a seguinte situação:**

Em Junho de 2014, dois residentes permanentes da Região Administrativa Especial de Macau celebraram entre si, por escrito particular assinado por ambos, um contrato-promessa de compra e venda de uma fracção autónoma, destinada a habitação, de edifício situado na Vila da Taipa, pelo preço de MOP \$3,000,000.00.

No acto da assinatura do respectivo documento, o promitente comprador entregou ao promitente vendedor a quantia de MOP \$1,500,000.00 e recebeu deste as chaves do apartamento pronto a habitar, sobre o qual recaía hipoteca como garantia do empréstimo que, para satisfação integral do preço e custeamento de todas as despesas inerentes ao negócio, o promitente comprador havia contraído em instituição bancária local.

No contrato-promessa ficou clausulado que o contrato definitivo seria celebrado dentro de seis meses no escritório do advogado/notário privado do promitente comprador.

No dia e hora ajustados para outorga da respectiva escritura pública, o promitente vendedor não compareceu e, apesar de insistentes tentativas do promitente comprador, não foi ainda possível contactá-lo.

**Coloque-se na posição de advogado do promitente comprador.**

1. Que solução proporia ao seu cliente como a mais adequada à satisfação integral dos seus direitos e interesses neste caso? (3 valores).

2. Suponha que os contraentes tinham atribuído eficácia real à promessa de alienação acima descrita. (2 valores).

*Quid juris?*

**3. Comente sucintamente uma (à sua escolha) das seguintes afirmações:**

a) A função da sanção pecuniária compulsória é pressionar o devedor a cumprir a decisão judicial que o condenou em determinada prestação, pelo receio de vir a ser esmagado por uma condenação indefinidamente crescente (JEAN CARBONNIER) (2,5 valores).

b) No âmbito contratual, a aplicação de sanção pecuniária compulsória não é incompatível com a indemnização moratória a que, no caso, haja lugar (2,5 valores).

## II

### DIREITO DA FAMÍLIA

(10 valores)

4.

a) Pronuncie-se sobre a validade e eficácia de um casamento celebrado em Macau, em 15 de Dezembro de 1999, segundo os ritos da religião católica (1,5 valores).

b) No Código Civil vigente em Macau está previsto e regulado algum enquadramento em que um determinado casamento fique imperativamente subordinado ao regime da separação de bens? (1,5 valores).

c) Atendendo aos princípios constitucionais do Direito da Família em Macau, bem como à configuração e às condições de relevância previstas no actual Código Civil de Macau para a união de facto, concorda com a qualificação – que alguma doutrina lhe atribui – de relação “para-familiar”? (2 valores).

5.

a) Refira, em síntese, as principais linhas de força, herdadas do regime anterior, que no actual Código Civil de Macau caracterizam o sistema de estabelecimento dos vínculos de paternidade e de maternidade que unem os progenitores aos seus filhos (3 valores).

b) Indique os mais relevantes aspectos que, no âmbito do estabelecimento da filiação, representam inovações relativamente ao regime antes vigente em Macau (2 valores).